

A.I. Nº - 209470.0004/08-3
AUTUADO - INTERCOUROS INTERMEDIÇÃO, IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO
- DE COUROS LTDA.
AUTUANTE - JOSÉ ADELIA AMORIM BOTELHO
ORIGEM - INFAZ ITAPETINGA
INTERNET - 08. 04. 2009

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0016-05/09

EMENTA: ICMS. OPERAÇÕES DE SAÍDAS DE MERCADORIAS COM FIM ESPECÍFICO DE EXPORTAÇÃO. AUSÊNCIA DE REGIME ESPECIAL PARA OPERAR COM EXPORTAÇÃO INDIRETA. LANÇAMENTO DO IMPOSTO. O § 1º do artigo 589 do RICMS em vigor, prevê que a comprovação da exportação, relativas as saídas de mercadorias sem incidência do imposto realizada com o fim específico de exportação para o exterior, mediante empresa comercial exportadora, inclusive “trading”, ou de outro estabelecimento da mesma empresa, será mediante a apresentação da 1ª via do Memorando-Exportação, cópia do conhecimento de embarque e o comprovante de exportação emitido pelo órgão competente. Contribuinte não apresentou os citados documentos. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 19/06/2008, exige ICMS no valor histórico de R\$ 20.747,39, com aplicação da multa de 60%, imputando ao autuado a falta de recolhimento do ICMS em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis, nas saídas de mercadorias equiparadas a exportação, com remetente sem regime especial para operar com exportação indireta, condição necessária ao reconhecimento da não incidência.

O autuado apresentou defesa, mediante advogado, folhas 31 a 36, alegando que o lançamento tributário não pode prosperar, uma vez que tanto a Lei Complementar nº 87/1996, art. 3º, como a Lei nº 7.014/96, art. 3º, II, “b”, item 1, não condicionam o benefício da não incidência do ICMS nas exportações indiretas a qualquer outra exigência fiscal além das que contempla, qual seja, equipara-se às operações de exportação a saída de mercadoria realizada com o fim específico de exportação para o exterior, destinada a empresa comercial exportadora, inclusive “trading” ou outro estabelecimento da mesma empresa, sendo incongruente que o Poder Executivo o faça em ato regulamentador, como é o decreto. Aduz que é importante perquirir se a mercadoria foi exportada para o exterior ou não. Assevera que as cópias dos memorandos de exportações comprovam que as mercadorias foram exportadas para o exterior, no prazo previsto no artigo 591 do RICMS/BA.

Argumenta que o § 2º do art. 582 do RICMS-Ba, Decreto nº 6.284/97, na sua redação vigente desde 01.01.2003, em hipótese alguma contempla norma que tem o condão de condicionar o sobredito benefício fiscal à obrigação acessória nele prevista, nem tampouco trata do chamado “regime especial”, uma vez que à época das operações realizadas pela impugnante, uma vez que estas foram efetuadas no mês de julho do ano de 2005, data em que a redação do citado dispositivo já havia sido alterada. Reconhece que o dispositivo legal sob comento, na sua redação vigente, continua a exigir credenciamento junto a Inspetoria fazendária, bem assim o cumprimento das

demais obrigações acessórias previstas nos seus incisos, no instante da realização de operações de exportação indireta. Todavia, entende que a falta do cumprimento dessas obrigações não podem ser tidas como fato determinante da perda do benefício fiscal, quando presentes a materialidade da efetiva exportação dos produtos para o exterior no prazo legal.

Ao final, requer a desconstituição do crédito tributário lançado.

O autuante ao prestar informação fiscal, folhas 45 e 46, ressalta que ao iniciar a ação fiscal diante dos documentos apresentados pelo autuado, aplicou o roteiro de exportação, uma vez que na checagem dos documentos observou a presença de notas fiscais tendo como natureza da operação “fim específico exportação”. Contudo, ao checar no sistema da SEFAZ, não encontrou nenhum processo de credenciamento, conforme reza o artigo 582, § 2º, incisos I e II, RICMS. Aduz que, apesar das operações estarem lançadas no livro de Saídas de Mercadorias, não encontrou os documentos que alude o artigo 589, § 1º (Memorando de Exportação e Conhecimento de Embarque).

Em relação aos documentos acostados pela defesa, diz que não são capazes de comprovar a exportação, uma vez que nas cópias dos memorandos de exportação não existe a indicação da repartição de origem e ainda consta que como “ESTADO PRODUTOR/FABRICANTE” outra unidade da federação, além de não apresentar o conhecimento de embarque. opina pela manutenção da autuação.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir ICMS, imputando ao autuado a falta de recolhimento em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis, nas saídas de mercadorias equiparadas a exportação, com remetente sem regime especial para operar com exportação indireta, condição necessária ao reconhecimento da não incidência.

A não-incidência do ICMS sobre a operação ou a prestação que destinem ao exterior mercadorias ou serviços, também se aplica nas saídas de mercadorias realizadas com o fim específico de exportação para o exterior, mediante empresa comercial exportadora, inclusive “trading”, ou de outro estabelecimento da mesma empresa.

Nesta situação, na data dos fatos geradores, o autuando não mais estava obrigado a obter regime especial. Entretanto, o remetente, contribuinte autuado, estava obrigado a solicitar credenciamento ao titular da inspetoria fazendária do seu domicílio fiscal, identificando os destinatários e declarando que as mercadorias não sofrerão no estabelecimento exportador nenhum processo de beneficiamento ou industrialização, salvo reacondicionamento para embarque, conforme previsto no § 2º do artigo 582 do RICMS em vigor.

Assim, todo contribuinte do Estado da Bahia que desejar realizar exportação indireta, deverá se credenciar na forma do § 2º do artigo 582. Observo que esse dispositivo em nada contraria o disposto no inciso II do artigo 3º da Lei Complementar Nº 87/96 e nem o previsto no artigo 3º, II, “b”, item 1 da Lei Nº 7.014/96, apenas estabelece uma obrigação acessória que deve ser observada pelos contribuintes antes de realizarem as referidas saídas. Não caberia a lei complementar ou ordinária tecer detalhe relativo a controles relativos à fiscalização, esse papel cabe ao regulamento. Portanto, a norma prevista no regulamento é legal e deve ser observada por todos os contribuintes que realizarem esse tipo de operação.

No presente caso, não resta dúvida de que o autuado não cumpriu com a norma regulamentar acima citada.

Resta agora analisar se no caso em lide o autuado comprovou se as mercadorias foram efetivamente exportadas, como bem ressaltou o sujeito passivo em sua defesa.

Para comprovar que as mercadorias que saíram sem a incidência do ICMS foram efetivamente exportadas, o contribuinte autuado deveria ter apresentado a fiscalização ou trazido aos autos

juntamente com sua peça defensiva a 1ª via do Memorando-Exportação, cópia do conhecimento de embarque e o comprovante de exportação emitido pelo órgão competente, conforme determinação contida no § 1º do artigo 589 do RICMS/97.

No caso em lide, o contribuinte autuado apresentou apenas cópia do Memorando-Exportação, na ocasião da defesa, documento que não é capaz de elidir a autuação, uma vez que não foi acompanhado pelos documentos previstos na legislação, quais sejam, cópia do conhecimento de embarque e o comprovante de exportação emitido pelo órgão competente, conforme determina a legislação pertinente.

Entendo que o Memorando-Exportação, que é um documento emitido pelo contribuinte exportador, não é suficiente para comprovar uma operação de exportação, à luz da norma legal acima citada. Ademais, conforme constatei nas cópias dos memorandos acostados pela defesa, o estado de origem das mercadorias teria sido o Rio Grande do Sul e não o Estado da Bahia, gerando prejuízo ao erário baiano.

Logo, entendo que a infração deve ser mantida integralmente, uma vez que o autuado não comprovou a exportação na forma prevista no § 1º do artigo 589 do RICMS/97, bem como não apresentou cópia do conhecimento de embarque e o comprovante de exportação emitido pelo órgão competente.

Pelo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, em decisão não unânime, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 209470.0004/08-3 lavrado contra **INTERCOUROS INTERMEDIÇÃO, IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE COUROS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$20.747,39**, acrescido da multa 60%, prevista no art. 42, II, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de março de 2009.

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – PRESIDENTE/RELATOR

JORGE INÁCIO DE AQUINO - JULGADOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA